Maciel critica precipitação

"Eu acho que não é uma matéria que deva ser suscitada agora, muito menos como projeto de decisão", afirmou na sexta-feira o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, a respeito da intenção do deputado Saulo Queiroz, do PFL, de apresentar projeto à Constituinte, definindo logo em seis anos o mandato do presidente José Sarney, informa a EBN.

"Eu considero que essa é uma matéria", continuou o ministro "que inevitavelmente será discutida por ocasião dos debates das partes substantivas da Constituição e não acho que deva ser essa uma discussão precipitada como encaminhamento de um projeto de decisão".

O ministro Marco Maciel disse que é favorável a um mandato presidencial com cinco anos de duração, sem direito à reeleição, de acordo com a "tradição republicana", mas adiantou que, no caso do presidente José Sarney, ele deve permanecer os seis anos, "porque foi sob o regime da Constituição de que o presidente jurou o seu compromisso".

O ministro afirmou ainda que "além disso, o presidente Sarney tem o direito a esse mandato de seis anos, porque ele jurou seu compromisso perante uma Constituição que lhe assegurava esse prazo, e ele tem, posso assim dizer, direito adquirido ao cargo". E lembrou também que o presidente está cuidando da transição política: "E essa transição passa por dar ao presidente o mandato que lhe faculte executar essa transição política e o ponto ápice dessa transação é a Constituinte".

O ministro Marco Maciel disse também que não foi consultado pelo deputado Saulo Queiroz, de quem é amigo e conterrâneo, de Pernambuco e do PFL, e por isso não acha correto que se faça uma relação entre o que pensa o deputado, recebido por ele, no Palácio do Planalto, e o que ele acha do assunto, como ministro e pessoalmente.

"E faço minhas as palavras que o presidente transmitiu à imprensa através do porta-voz", completou Marco Maciel. Na sexta-feira de manhã, o porta-voz Frota Neto afirmou que o presidente não teve conhecimento antecipado da iniciativa do deputado Saulo Queiroz.

"Eu quero dizer que o gesto do deputado foi estritamente pessoal", afirmou o ministro. Ele declarou que "o projeto de decisão é algo que não foi sequer definido no regimento, porque ainda estamos numa fase preliminar de negociação e, em hipótese alguma, pode versar sobre matéria dessa natureza".